

**CONTRATO Nº 001/2019**

Processo nº: 01.18.591

Livro nº

02

Fls.:

30 Registro 104/2018  
01 / 02 / 2019

Contratação de empresa para fornecimento, parcelado, de água mineral sem gás, envasada em garrafão de 20 litros, em POLICARBONATO, com disponibilização de suportes bebedouros refrigeradores em regime de comodato, que celebram a **PBH ATIVOS** e a empresa **HIDROBRÁS ÁGUAS MINERAIS DO BRASIL LTDA.**

A **PBH ATIVOS S/A**, sociedade de economia mista, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 1245 – 12º Andar – Savassi – Belo Horizonte / MG – CEP: 30.112-024, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ/MF sob o nº 13.593.766/0001-79, neste ato representada por seu Diretor Presidente Pedro Meneguetti, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas - CPF sob o nº 418.354.846-20, e pela sua Diretora Executiva, Soraya de Fátima Mourthé Marques Lage, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas - CPF sob o nº 441.021.276-15, doravante denominada **CONTRATANTE** e a empresa **HIDROBRÁS ÁGUAS MINERAIS DO BRASIL LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº: 42.172.429/0007-00, estabelecida à Av. Juscelino Kubstichek, n. 2.775, Bairro Vila Oeste, Belo Horizonte/MG, CEP: 30.535-550, representada por seu sócio-diretor, Robison Fortes de Araújo, portador da CI-11.719.595 e CPF: 024.513.526-04, neste ato denominada **CONTRATADA**, celebram o presente CONTRATO, decorrente da Dispensa de Valor nº: 013/2018, processo administrativo nº: 01.18.591, conforme cláusulas e condições a seguir especificadas:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - DAS DEFINIÇÕES

1.1. Os termos abaixo, grafados em caixa alta, quando utilizados no presente contrato, terão os significados abaixo descritos, tanto quando utilizados no singular, quanto no plural:

- I. **CONTRATADA**: pessoa jurídica signatária do presente CONTRATO, na condição de prestadora do serviço de fornecimento dos PRODUTOS;
- II. **CONTRATANTE**: PBH Ativos S.A. na qualidade de signatária do presente CONTRATO;
- III. **CONTRATO**: o presente instrumento de contrato, incluindo todos os seus anexos;
- IV. **DOM**: Diário Oficial do Município de Belo Horizonte;
- VI. **PREPOSTOS**: representantes, sócios, empregados, contratados ou qualquer outra pessoa que atue em nome ou sob ordens da CONTRATADA na execução do presente CONTRATO, independentemente da natureza do vínculo;
- VII. **PRODUTO**: designa os galões de água objeto do fornecimento do presente CONTRATO, conforme especificações do presente instrumento, em especial as constantes da cláusula segunda e do Anexo I;
- VIII. **RILC**: Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CONTRATANTE, instituído pela Instrução Normativa nº 005/2018, e disponível no sítio eletrônico da Companhia, cuja observância é obrigatória pelas partes, independente de transcrição;
- IX. **TERMO DE REFERÊNCIA** ou **TR**: Termo de Referência da contratação direta da Dispensa nº: 013/2018, correspondente ao processo administrativo nº 01.18.591, que integra o Anexo I deste CONTRATO, independentemente de transcrição.

### CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO E DOS ANEXOS

2.1. Constitui objeto do presente CONTRATO o fornecimento, parcelado, de água mineral sem gás envasada em garrafão POLICARBONATO, liso, transparente, capacidade para acondicionamento de 20 litros, lacrados, dentro dos padrões estabelecidos pelo Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM e Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, com marca, procedência e validade impressas na embalagem do produto, conforme quantitativos e especificações do Anexo I, incluindo:

- I. Fornecimento e manutenção de 4 (quatro) Suportes (bebedouros) refrigeradores com 2 (duas) torneiras (gelada / natural) em cada um, em regime de comodato (sem ônus);
- II. Fornecimento de 576 (quinhentos e setenta e seis) garrações de água envasada, conforme especificações do CONTRATO, em especial do TR;
- III. Fornecimento de 12 (doze) garrações (vasilhame) e 20 litros em Policarbonato (sem ônus).

2.2. Constituem anexos ao presente CONTRATO:

- I. TERMO DE REFERÊNCIA, independentemente de transcrição;
- II. Proposta de Preços da CONTRATADA, independentemente de transcrição.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

3.1. Este CONTRATO é regido pelas suas disposições, pelo RILC, pelas demais normas específicas aplicáveis ao objeto, ainda que não citadas expressamente, e pelos preceitos de direito privado.

### **CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO**

4.1. O CONTRATO possui vigência de 12 (doze) meses a contar de 01/01/2019.

4.2. É permitida a alteração dos prazos de vigência ou de execução, nos limites da legislação e das normas internas da CONTRATANTE.

### **CLÁUSULA QUINTA - DO REGIME DE FORNECIMENTO E DE RECEBIMENTO**

5.1. O fornecimento deverá ser realizado conforme demanda semanal da CONTRATANTE e especificações do CONTRATO e obedecerá ao seguinte trâmite:

- I. Uma vez por semana a CONTRATANTE irá requerer a substituição dos galões vazios;
- II. Recebida a demanda, a CONTRATADA deverá recolher os galões vazios e entregar os galões abastecidos, na sede da CONTRATANTE, situada na Av. Getúlio Vargas nº 1245, 12º andar, devendo a estar munida de documento de identificação e recibo da entrega contendo a especificação e o quantitativo de galões fornecidos;
- III. No ato da entrega, a CONTRATANTE receberá o PRODUTO, provisoriamente, para verificação da conformidade;
- IV. Caso atestada a conformidade será realizado o recebimento definitivo mediante assinatura do recibo apresentado pela CONTRATADA.

5.2. Caso seja constatada a desconformidade dos PRODUTOS entregues com as especificações do CONTRATO, a CONTRATADA deverá corrigir a irregularidade dentro do prazo fixado pela CONTRATANTE, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

5.2.1. Em caso de irregularidade, o empregado da CONTRATANTE responsável pelo recebimento reduzirá a termo os fatos ocorridos e encaminhará à Gerência Administrativa da CONTRATANTE para as providências cabíveis na forma da legislação.

5.3. A CONTRATADA deverá entregar os Suportes na data de início de execução do CONTRATO.



5.3.1. No caso de defeito ou funcionamento irregular dos Suportes, a CONTRATADA deverá providenciar o reparo ou a substituição, às suas custas, em até 24 (vinte e quatro) horas do recebimento de notificação por parte da CONTRATANTE.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DO VALOR**

6.1. Pela execução do objeto do presente CONTRATO, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor global de R\$6.480,00 (seis mil, quatrocentos e oitenta reais), sendo o valor unitário de cada galão entregue de R\$ 11,25 (onze reais e vinte e cinco centavos).

6.2. O valor constante do *caput* constitui o único montante devido à CONTRATADA em função da execução do CONTRATO, estando nele incluídas todas as despesas diretas e indiretas necessárias à execução da avença, a exemplo dos valores relacionados a transporte, estacionamento, carregamento e descarregamento, entrega nos andares do imóvel em que se situa a sede da CONTRATANTE, recolhimento dos galões vazios, frete, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, despesas comerciais, taxas de administração, seguros e outros necessários ao cumprimento integral do CONTRATO;

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA FORMA DE PAGAMENTO**

7.1. A remuneração da CONTRATADA será realizada mensalmente pelo fornecimento efetivamente realizado no mês anterior.

7.2. As notas fiscais/faturas deverão ser emitidas no mês de efetivação do pagamento e deverão conter a discriminação dos produtos e quantitativos fornecidos, bem como do período do fornecimento.

7.2.1. As notas fiscais/faturas deverão ser entregues à PBH ATIVOS até o 5º dia do mês subsequente ao do fornecimento e deverão estar acompanhadas de cópia dos recibos de entrega dos galões assinados pelo empregado da CONTRATANTE designado para realizar o recebimento provisório e definitivo.

7.3. As notas fiscais/faturas, caso regulares, serão atestadas pela Gerência Administrativa da CONTRATANTE e o respectivo pagamento será realizado no prazo de até 20 (vinte) dias contados do recebimento da nota fiscal/fatura.

7.3.1. No caso de irregularidades na Nota Fiscal/Fatura ou nos demais documentos que devem acompanhá-la, o prazo para pagamento será contado a partir da reapresentação devidamente regularizada.

7.4. A CONTRATANTE poderá reter da remuneração devida à CONTRATADA o montante necessário a assegurar o pagamento de multas, indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA.

7.4.1. A retenção realizada na forma do *caput* não desobriga a CONTRATADA do regular cumprimento do CONTRATO, em especial da realização do fornecimento, bem como de corrigir eventuais irregularidades.

#### **CLÁUSULA OITAVO – DO RECURSO FINANCEIRO**

8.1. O custo deste CONTRATO ocorrerá por disponibilidade financeira da CONTRATANTE, nos termos do art. 12 da Lei Municipal nº 10.003, de 25 de novembro de 2010.

## **CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE**

9.1. Desde que observados o interregno mínimo de 1 (um) ano a contar da data de início da vigência, os valores previstos neste CONTRATO serão reajustados com base no Índice de Preços ao Consumidor Amplo IPCA/IBGE, ou outro índice oficial que vier a substituí-lo.

9.2. No caso de reajuste de valores devidos à CONTRATADA, caberá a esta solicitá-lo, devendo o requerimento ser apresentado juntamente com a justificativa e demonstração analítica dos valores requeridos.

9.3. Os reajustes poderão ser registrados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo.

## **CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

10.1. Sem prejuízo das demais obrigações previstas no CONTRATO, constituem deveres da CONTRATADA:

- I. cumprir integralmente as disposições do presente CONTRATO, bem com a legislação e com as normas infralegais vigentes, independentemente de sua menção neste instrumento;
- II. arcar com todas as despesas e custos relacionados à execução do presente CONTRATO, os quais deverão estar incluídos no valor da contraprestação prevista na cláusula sexta;
- III. manter as condições de habilitação durante toda a vigência do CONTRATO;
- IV. manter canal permanente de comunicação junto à CONTRATANTE, o qual deverá estar disponível durante o horário comercial e de funcionamento da CONTRATANTE;
- V. apresentar as informações e esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE, em até 05 (cinco) dias da data de solicitação, prazo este que poderá ser reduzido, a critério da CONTRATANTE, para evitar danos ou prejuízos;
- VI. informar imediatamente à CONTRATANTE qualquer ocorrência que possa impactar a regular execução do CONTRATO, oportunidade em que deverá ainda indicar as medidas necessárias à reversão da questão a mitigação de seus impactos;
- VII. corrigir, reparar ou refazer qualquer dos produtos ou atividades realizados em desconformidade com a legislação aplicável ou com o CONTRATO, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE;
- VIII. responder pelas ações e omissões de seus PREPOSTOS, devendo manter a CONTRATANTE indene e devendo indenizar em caso de danos ou prejuízos à CONTRATANTE ou a terceiros.

10.1.1. Integram as responsabilidades e riscos da CONTRATADA o custeio das despesas e ônus diretos e indiretos, inerentes e acessórios ao fornecimento, incluindo, mas não se limitando àqueles relacionados ao desenvolvimento dos produtos e atividades previstas no Anexo I, a tributos, seguros, materiais, honorários, transporte, alimentação, obtenção dos insumos de tecnologia da informação, à alocação e dispensa dos PREPOSTOS além dos encargos trabalhistas e previdenciários.

10.2. Antes do início da execução do CONTRATO, a CONTRATADA deverá indicar o PREPOSTO que será o Representante da CONTRATADA no âmbito do CONTRATO, o qual deverá possuir capacitação e os poderes necessários para:

- I. coordenar e gerir fornecimento e a manutenção dos Suportes, e demais atribuições da CONTRATADA no âmbito do CONTRATO;
- II. realizar a interlocução com a CONTRATANTE, incluindo o fornecimento das informações necessária à regular execução do CONTRATO e aquelas solicitadas pela CONTRATANTE;
- III. participar de reuniões, caso convocadas pela CONTRATANTE;
- IV. dirimir eventuais dúvidas ou questões que necessitem de correção.



10.3. Compete à CONTRATADA alocar PREPOSTOS com a devida qualificação e em número compatível com as especificações dos CONTRATO devendo ainda:

- I. garantir a regularidade do vínculo existente entre si e seus PREPOSTOS durante toda a vigência do CONTRATO;
- II. garantir o adequado acondicionamento dos PRODUTOS desde sua origem até a entrega no destino final estabelecido no CONTRATO;
- III. manter todas as licenças, laudos, certificados autorizações e demais documentos exigidos pela legislação e pelos entes competentes para o regular fornecimento dos PRODUTOS, em especial os exigidos pela ANVISA e DNPM;
- IV. garantir a observância das disposições do CONTRATO e da legislação vigente pelos PREPOSTOS, obrigando-se a manter a CONTRATANTE indene com relação a eventuais prejuízos causados pelos PREPOSTOS à CONTRATANTE ou a terceiros
- V. garantir que os PREPOSTOS estejam devidamente identificados e munidos de documentação que comprove sua habilitação para exercer as atividades relacionadas à execução do CONTRATO;
- VI. garantir que os PREPOSTOS estejam devidamente uniformizados e utilizem os equipamentos de EPI e EPC aplicáveis;
- VII. notificar a CONTRATANTE, previamente, em caso de substituição de PREPOSTOS, resguardando para que a substituição não comprometa a qualidade e a continuidade dos serviços, bem como para que os novos PREPOSTOS atendam ao disposto no CONTRATO;
- VIII. substituir os PREPOSTOS, caso eventualmente requerido pela CONTRATANTE de forma motivada;
- IX. arcar com todos os custos relacionados aos PREPOSTOS, em especial, mas não se limitando a encargos trabalhistas, previdenciários, securitários e fiscais, tributos, transporte, hospedagem e alimentação, EPI e EPC, encargos de contratação, de dispensa e de treinamento.

10.4. A CONTRATADA deverá, sempre que solicitado, apresentar à CONTRATANTE os documentos que comprovem o cumprimento e a regularidade de suas obrigações legais, em especial, mas não se limitando àquelas de caráter fiscal, trabalhista, referentes ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e ao pagamento dos encargos legais e contratuais devidos aos seus PREPOSTOS a qualquer título.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

11.1. Constituem obrigações da CONTRATANTE, sem prejuízo das demais previstas neste CONTRATO e na legislação vigente:

- I. nomear o gestor e o fiscal do CONTRATO;
- II. realizar os pagamentos devidos à CONTRATADA, na forma do CONTRATO;
- III. fiscalizar a execução do CONTRATO;
- IV. notificar a CONTRATADA, por escrito, fixando-lhe prazo para correção, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis e do dever, de ofício, da CONTRATADA de regularizar eventuais falhas na execução do objeto;
- V. garantir o contraditório e ampla defesa no caso de aplicação de penalidades, observados os procedimentos aplicáveis;
- VI. analisar e aprovar ou sugerir alterações nos programas do treinamento visando subsidiar os trabalhos da CONTRATADA e o atendimento pleno das expectativas do treinamento.
- VII. prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA.
- VIII. permitir e acompanhar o acesso dos PREPOSTOS da CONTRATADA às suas dependências, caso necessário para execução do CONTRATO;

- IX. receber os PRODUTOS na forma do CONTRATO, bem como atestar os recibos, caso estejam em conformidade com as disposições do CONTRATO.
- X. efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, observados os requisitos previstos no CONTRATO.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS LIMITES DA SUBCONTRATAÇÃO, À CESSÃO DO CONTRATO E DE SUAS OBRIGAÇÕES**

12.1. O presente CONTRATO não poderá ser cedido ou utilizado sob qualquer hipótese como título de circulação comercial, caução, cessão de crédito e/ou documento exequível a ser apresentado contra a CONTRATANTE por Terceiros.

12.2. Fica vedado à CONTRATADA transferir ou ceder, a qualquer título, os direitos e obrigações assumidos nesse CONTRATO.

12.3. A CONTRATADA não poderá:

- I. subcontratar total ou parcialmente o objeto contratado, exceto na hipótese de serviço secundário que não integre a essência do objeto, desde que expressamente autorizada pelo CONTRATANTE, mantida em qualquer caso a integral responsabilidade da CONTRATADA;
- II. associar-se com outrem, realizar fusão, cisão, incorporação ou integralização de capital, salvo com expressa autorização do CONTRATANTE.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO SIGILO**

13.1. A CONTRATADA obriga-se a manter o sigilo e a tratar como confidencial todo e qualquer documento, dado ou informação, obtido ou a que tenha acesso, de forma oral ou escrita, em função da celebração e da execução do CONTRATO.

13.2. A CONTRATADA obriga-se por si, por seus PREPOSTOS e eventuais sucessores.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA CONDUTA E INTEGRIDADE**

14.1. A partes, na execução do objeto deste CONTRATO, obrigam-se a respeitar, a cumprir e a fazer cumprir, o Código de Conduta e Integridade da CONTRATANTE, veiculado por meio da Instrução Normativa nº009/2018 e disponibilizado no sítio eletrônico da CONTRATANTE-[http://pbhativos.com.br/governanca-corporativa/politicas/comprometendo-se com a ética](http://pbhativos.com.br/governanca-corporativa/politicas/comprometendo-se-com-a-etica), a integridade corporativa, e a sustentabilidade nos pilares econômico, social e ambiental, devendo:

- I. recusar práticas de concorrência desleal, trabalho infantil, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, trabalho forçado ou em condições degradantes, assim como toda e qualquer forma de violência física, sexual, moral ou psicológica;
- II. tratar com respeito, cordialidade e em conformidade com os princípios daquele Código de Conduta e Integridade todos os envolvidos na execução do objeto desta contratação, oferecendo tratamento equânime a todos eles, evitando qualquer privilégio, discriminação e toda forma de corrupção e fraude;
- III. oferecer produtos e serviços de qualidade visando à plena satisfação dos seus clientes;
- IV. preservar e tratar com sigilo os dados cadastrais e informações pertinentes a clientes, fornecedores, prestadores de serviços e demais parceiros, obtidos em decorrência da execução do objeto desta contratação;
- V. abster-se de indicações a clientes, ainda que por eles solicitadas, de prestadores de serviços ou fornecedores, mantendo uma comunicação de forma estritamente profissional;



- VI. rejeitar presentes, gratificações ou vantagens, ainda que sob a forma de tratamento preferencial de ou para clientes, fornecedores, prestadores de serviços e demais parceiros ligados aos negócios ou interesses da CONTRATANTE e;
- VII. promover a excelência no atendimento aos clientes, assumindo responsabilidades e priorizando a qualidade, o prazo e a eficiência no tratamento das demandas.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA FRAUDE E CORRUPÇÃO**

15.1. Nos procedimentos de contratação realizados pela CONTRATANTE serão observadas as determinações que se seguem, além das disposições insertas nas IN-009/2018-Código de Conduta Ética e Integridade da CONTRATANTE e IN-011/2018-Política de Integridade e Anticorrupção da CONTRATANTE.

15.2. A CONTRATADA deverá observar o mais alto padrão de ética durante a licitação e execução do contrato em consequência desta política, define, com os propósitos dessa disposição, os seguintes termos:

- I. “prática corrupta”: significa a oferta, a doação, o recebimento ou a solicitação de qualquer coisa de valor para influenciar a ação de um funcionário e/ou empregado público no processo de licitação ou execução do contrato;
- II. “prática fraudulenta”: significa a deturpação dos fatos a fim de influenciar um processo de licitação ou a execução de um contrato em detrimento do CONTRATANTE;
- III. “prática conspiratória”: significa um esquema ou arranjo entre os concorrentes (antes ou após a apresentação da proposta) com ou sem conhecimento do CONTRATANTE, destinado a estabelecer os preços das propostas a níveis artificiais não competitivos e privar o CONTRATANTE dos benefícios da competição livre e aberta;
- IV. “prática coercitiva”: significa prejudicar ou ameaçar prejudicar, diretamente ou indiretamente, pessoas ou suas propriedades a fim de influenciar a participação delas no processo de licitação ou afetar a execução de um contrato;
- V. “prática obstrutiva”: significa destruir, falsificar, alterar ou esconder intencionalmente provas materiais para investigação ou oferecer informações falsas aos investigadores com o objetivo de impedir uma investigação do CONTRATANTE ou outro Órgão de Controle sobre alegações de corrupção, fraude, coerção ou conspiração; significa ainda ameaçar, assediar ou intimidar qualquer parte envolvida com vistas a impedir a liberação de informações ou conhecimentos que sejam relevantes para a investigação; ou agir intencionalmente com o objetivo de impedir o exercício do direito do CONTRATANTE ou outro Órgão de Controle de investigar e auditar.

15.3. A ocorrência de qualquer das hipóteses acima elencadas, assim como as previstas no Anexo I da Portaria SDE nº 51 de 03 de julho de 2009, será denunciada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Ministério da Justiça para adoção das medidas cabíveis.

#### **DÉCIMA SEXTA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO PELA CONTRATANTE**

16.1. A gestão e fiscalização do CONTRATO pela CONTRATANTE será realizada por nos termos do Decreto Municipal Nº 15.185 de 04 de abril de 2013 e alterações.

16.2. A nomeação do gestor e do fiscal do CONTRATO será realizada por ato próprio do Diretor Presidente da CONTRATANTE.

16.3. A CONTRATADA compromete-se a dar acesso às informações e documentos necessários à efetivação da fiscalização do CONTRATO, bem como a colaborar com a CONTRATANTE



16.4. A fiscalização por parte da CONTRATANTE não exclui ou reduz a responsabilidade pela observância das disposições contratuais e das normas aplicáveis, bem como pela assunção integral e exclusiva das consequências advindas do seu eventual descumprimento, não podendo ser alegada qualquer espécie de corresponsabilidade ou responsabilidade subsidiária por parte da CONTRATANTE.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

17.1. A prática de atos ilícitos ou o descumprimento total ou parcial das obrigações constantes do CONTRATO, pela CONTRATADA implicará nas seguintes sanções administrativas:

- I. advertência;
- II. multa;
- III. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE.

17.2. **Da advertência:** A sanção de advertência consiste em uma comunicação formal, aplicável a irregularidades de menor potencial lesivo ou de risco, por meio da qual a CONTRATADA é advertida sobre o descumprimento de obrigação legal ou contratual, ou falha na execução do serviço ou fornecimento, determinando que seja sanada a impropriedade e, notificando-o de que, em caso de inobservância ou reincidência, sanção mais elevada.

17.3. **Da multa:** O infrator que descumprir a legislação ou cláusulas contratuais, sujeitar-se-á à aplicação da penalidade de multa, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, devendo ser observados, os seguintes percentuais e diretrizes:

- I. multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso na entrega dos PRODUTOS, até o limite de 9,9%, correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor da contratação;
- II. multa de 3% (três por cento) sobre o valor total do CONTRATO, nos casos de:
  - a) deixar de manter as condições de habilitação durante o prazo do CONTRATO;
  - b) permanecer inadimplente após a aplicação de advertência;
  - c) deixar de regularizar, no prazo definido pelo CONTRATANTE, os documentos exigidos pela legislação ou pelo CONTRATO, para fins de liquidação e pagamento da despesa;
  - d) não devolver, no prazo de 10 (dez) dias contados de notificação, eventuais valores pagos indevidamente pela CONTRATANTE;
  - e) alocar PREPOSTO que não atenda às especificações do CONTRATO ou da legislação;
  - f) descumprir preceito normativo pertinente aplicável ao seu ramo de atividade;
  - i) não apresentar documentos e informações requeridos pela CONTRATANTE, que sejam devidos na forma do CONTRATO;
- III. multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do CONTRATO na hipótese de fornecimento de PRODUTOS em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina;
- IV. multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do CONTRATO, em caso de a CONTRATADA dar causa à rescisão do CONTRATO.

17.3.1. A aplicação das multas de natureza moratória não impede a aplicação superveniente de outras multas previstas no CONTRATO, cumulando-se os respectivos valores.

17.3.2. Quando da aplicação da penalidade de multa deverão ser observadas as atenuantes e excludentes de sua aplicação, tais como as hipóteses de força maior ou caso fortuito, quando devidamente comprovadas pelo infrator.



17.3.3. O atraso injustificado superior a 30 (trinta) dias corridos será considerado como inexecução total do CONTRATO, devendo os instrumentos respectivos ser rescindidos, salvo razões de interesse público devidamente explicitadas pela autoridade competente para contratação.

**17.4. Da suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE.**

17.4.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o CONTRATO, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do CONTRATO, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a CONTRATANTE, pelo prazo de até 2 (dois) anos, no CONTRATO e das demais cominações legais.

**17.5. Dos procedimentos**

17.5.1. Na aplicação das penalidades será facultada a apresentação de defesa prévia, no prazo de 10 (dez) dias úteis da notificação da CONTRATADA, que será contado da data de juntada do aviso de recebimento – AR aos autos do processo administrativo correspondente ou do protocolo da notificação.

17.5.2. O resultado do julgamento da defesa prévia será publicado no DOM.

17.5.3. Do resultado do julgamento da defesa prévia caberá, no prazo de 10 (dez) dias úteis da publicação de que trata o item anterior, a apresentação de recurso administrativo.

17.5.4. Compete à Diretoria Executiva:

- I. julgar as defesas prévias;
- II. receber os recursos, apreciar sua admissibilidade, manifestar-se sobre seus termos e encaminhar ao Diretor Presidente para decisão final e aplicação da penalidade, se for o caso.

17.6. As penalidades são independentes entre si, podendo ser aplicadas em conjunto ou separadamente, cumulativamente, após a análise do caso concreto e não exime a CONTRATADA do dever de plena execução do CONTRATO.

17.7. No caso de multa, será concedido prazo de 05 (cinco) dias úteis para o recolhimento do valor respectivo.

17.7.1. Na hipótese de deixar o infrator de pagar a multa aplicada, o valor correspondente será executado observando-se os seguintes critérios:

- I. desconto na fatura imediatamente subsequente ao julgamento do recurso ou do decurso do prazo para sua interposição;
- II. Adoção das demais medidas extrajudiciais e judiciais cabíveis, tais como protesto e/ou inscrição do débito nos órgãos de proteção ao crédito, e ingresso com a devida ação judicial.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

18.1. O CONTRATO poderá ser extinto:

- I. pela completa execução do seu objeto ou pelo advento de termo ou condição nele prevista;
- II. pelo término do seu prazo de vigência;
- III. por acordo entre as partes, desde que a medida não acarrete prejuízos para a CONTRATANTE;

IV. em função da resolução contratual pela CONTRATANTE, conforme disposto neste CONTRATO.

18.2. A CONTRATANTE poderá rescindir unilateralmente, por justa causa, o presente CONTRATO, sem que seja devida qualquer multa, penalidade ou indenização em favor da CONTRATADA, nos seguintes casos

- I. inexecução total ou parcial do CONTRATO, pela CONTRATADA;
- II. descumprimento ou o cumprimento irregular ou incompleto de cláusulas contratuais pela CONTRATADA, incluindo, dentre outras hipóteses:
  - a) atrasos injustificados;
  - b) subcontratação total ou parcial do objeto contratual, a cessão ou transferência, total ou parcial dos direitos e deveres dele decorrentes, sem o prévio e expresso consentimento prévio da CONTRATANTE;
  - c) fusão, cisão, incorporação, ou associação da CONTRATADA com outrem, sem prévia autorização da CONTRATANTE;
  - d) desatendimento das determinações do gestor ou do fiscal do CONTRATO exaradas em consonância com o CONTRATO;
  - e) decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
  - f) dissolução da sociedade ou o falecimento do CONTRATADA;
  - g) alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução do CONTRATO;
  - h) razões de interesse da CONTRATANTE, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e exaradas no processo interno;
  - i) ocorrência de caso fortuito, força maior ou fato do príncipe, regularmente comprovada, impeditiva da execução do CONTRATO;
  - j) descumprimento da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
  - k) perecimento do objeto contratual, tornando impossível o prosseguimento da execução da avença;
  - l) nos casos em que a CONTRATADA for agente econômico envolvido em casos de corrupção, nos termos da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

18.3. Os casos de rescisão contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, devendo ser assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa.

18.4. A rescisão por ato unilateral da CONTRATANTE motivada por descumprimento contratual da CONTRATADA acarretará a retenção dos créditos decorrentes do CONTRATO até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE, na hipótese de insuficiência da garantia contratual

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DOS CASOS OMISSOS**

19.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas nas Leis Federais nº 13.303/2016, no RILC da CONTRATANTE e demais normas aplicáveis.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

20.1. Os prazos previstos no presente CONTRATO contar-se-ão em dias corridos, exceto nos casos em que houver menção expressa à contagem em dias úteis.

20.1.1. Nos casos de comunicação ou notificação, os prazos contar-se-ão excluindo-se a data de recebimento e incluindo-se o dia final do prazo concedido.



20.2. A tolerância da CONTRATANTE com qualquer atraso ou inadimplência por parte da CONTRATADA, não importará de forma alguma em alteração ou novação.

20.3. A CONTRATADA obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste contrato, conforme previsto no parágrafo 1º do artigo 81 da Lei 13.303/2016 e no RILC.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA PUBLICAÇÃO**

21.1. A publicação do extrato do presente CONTRATO no DOM correrá por conta e ônus do CONTRATANTE.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DO FORO**

22.1. Fica eleito o foro da Comarca de Belo Horizonte, renunciando-se a qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas ou pendências oriundas do presente instrumento.

E, por assim terem contratado, as partes assinam o presente CONTRATO em 2 (duas) vias, de igual teor, bem como as testemunhas abaixo.


Belo Horizonte, 28 de dezembro de 2018.

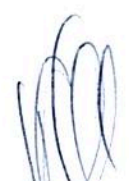
  
Soraya de Fátima Mourão Marques Lage  
**DIRETORA EXECUTIVA**  
**PBH ATIVOS S.A.**

  
Pedro Meneguetti  
**DIRETOR PRESIDENTE**  
**PBH ATIVOS S.A.**

  
ROBISON FORTES DE ARAÚJO  
**SÓCIO-DIRETOR**  
**HIDROBRÁS ÁGUAS MINERAIS DO BRASIL LTDA.**

### **Testemunhas**

1)-   
Nome: Luís Antônio S.B. Rezende  
CPF: 955.311.906-97

2)-   
Nome: Roberto Augusto da Silva  
CPF: 012.003.576-63